

MST faz 25 anos de luta
por reforma agrária

Página 13

ISSN 0102-0625

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXI • Nº 312 • Brasília-DF • Jan-Fev-2009
R\$ 3,00

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL - 2009

GUARDIÕES DE UM NOVO MUNDO POSSÍVEL

Povos indígenas foram presença forte durante o fórum social mundial 2009, com debates por um mundo melhor, com respeito à mãe-terra e a relação saudável com a natureza.

Páginas 7 a 10

Agenda dos povos indígenas 2009

O ano de 2009 reserva uma intensa agenda aos povos indígenas. O Fórum Social Mundial, FSM marca o início dessa agenda. Como anfitriões, convidados e protagonistas os povos indígenas ocuparam o espaço no FSM, em Belém/PA, de 27/01 a 01/02, para afirmar com muita força que a humanidade deve prestar bem mais atenção nas suas experiências milenares para salvar o planeta. A campanha "Povos Indígenas na Amazônia: presente e futuro da humanidade" foi lançada com a finalidade de discutir com a sociedade a contribuição dos povos indígenas para a sustentabilidade do planeta.

Na Amazônia, merece atenção especial a realidade dos povos em situação de isolamento que estão sendo diretamente afetados pela ação de grileiros, madeireiros, por empreendimentos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e pelo desmatamento. É necessário torná-los visíveis para que não continuem sendo exterminados.

A disputa a ser decidida no Supremo Tribunal Federal (STF), neste ano, sobre as terras indígenas Raposa Serra do Sol/RR e Caramuru Paraguassu dos Pataxó Hã-Hã-Hãe/BA ganha relevância, pois está em cheque o direito dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam. A manifestação de alguns ministros do STF no sentido de impor condicionantes ou mesmo restrições a esse direito fundamental requer ampla mobilização indígena. Trata-se de confirmar um direito já garantido constitucionalmente, assim como assegurar o devido respeito às instituições e a autonomia dos povos indígenas.

No âmbito do Legislativo deve ser retomada finalmente a tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas,

engavetado na Mesa da Câmara dos Deputados desde 1994. É previsível um duro embate contra as forças anti-indígenas, sobretudo àquelas vinculadas ao agronegócio, o que vai exigir grande capacidade de mobilização do movimento indígena. Também no Congresso Nacional tramita o projeto de lei de iniciativa do Executivo que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista, numa tentativa importante de regulamentar a participação indígena na formulação e fiscalização das políticas que lhes dizem respeito.

Continua na pauta a luta pela demarcação das terras indígenas e contra a violência. A situação mais crítica encontra-se no Mato Grosso do Sul envolvendo os povos Guarani e Terena. Confinados em pequeníssimos espaços territoriais, lutam contra o poder do latifúndio e do agronegócio. Iniciativas como o Mapa Guarani Retã e a Campanha Guarani necessitam de todo apoio para que sejam devolvidos a esses povos seus direitos territoriais.

Está na pauta de 2009 também a reestruturação da saúde indígena com

a criação de uma Secretaria Especial no Ministério da Saúde. Nessa área, medidas urgentes devem ser tomadas para que os graves problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, como por exemplo, a hepatite que atinge 80% da população do Vale do Javari, tenha uma resposta satisfatória.

Consta da pauta de 2009 ainda a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, oportunidade de avançar na perspectiva de um sistema próprio que efetivamente venha a reforçar os projetos históricos dos povos indígenas em substituição à perspectiva assimilacionista das escolas, ainda em vigor.

O abril indígena deste ano deverá ser marcado por fortes manifestações indígenas. O Acampamento Terra Livre adquire importância especial, como espaço do próprio movimento indígena para produzir os consensos necessários e animar a luta para enfrentar as questões centrais colocadas na agenda dos povos indígenas de 2009.

Francisco Loebens
Regional Cimi Norte I

MARIOSAN



Soluções contra barragens

Nos dias 21 e 22 de janeiro, na capital Porto Velho (RO), cerca de 700 atingidos por barragens e militantes de movimentos sociais se reuniram em assembléia com o objetivo de buscar soluções para os problemas causados pelas barragens que estão sendo construídas no rio Madeira. Foram convidados representantes do governo estadual e federal, além dos consórcios responsáveis pelas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau.

Site da campanha Guarani

O site internacional da campanha 'Guarani Grande Povo' foi lançado no sábado 25 de janeiro. Ele apresenta informações gerais sobre o povo Guarani em três idiomas: inglês, português e holandês. Em breve se adiciona a versão alemã.

O propósito do site é acompanhar a campanha Guarani Grande Povo, publicando regularmente notícias e informações e divulgar a causa dos Guarani nos países europeus.

O site foi produzido numa colaboração entre a equipe do CIMI no Mato Grosso do Sul e o grupo Oatá na Holanda, que divulga informações sobre a causa indígena neste país.

A página pode ser acessada através do www.guarani-campaign.eu.

ERRATA

Na edição nº 311, de dezembro de 2008 do Jornal Porantim a frase "Os monstros da tirania cortaram cabeças e alimentaram-se de sangue! Tiveram forças para matar o corpo, mas com suas armas e torturas não puderam matar a idéia. Porque esta é sagrada e tão grande quanto o mundo! A idéia não morre!", em destaque na página 9 foi atribuída a Marçal de Souza. A frase é de Eduardo Angelim, líder da Revolta da Cabanagem (Pará).

Cotidiano de perseguições

A violência contra os Povos Indígenas reflete a política negligente do governo federal no ano de 2008

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi

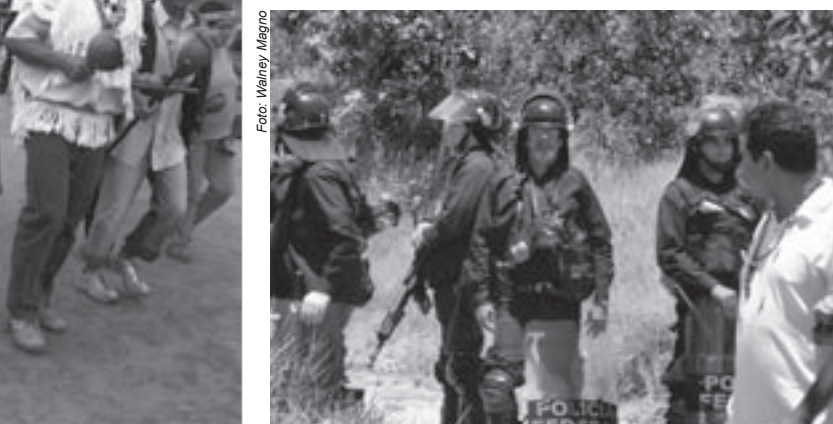
A cada início de ano o Cimi apresenta, para a opinião pública, os dados preliminares das violências que foram praticadas contra os povos indígenas no ano anterior. Em 2008, uma vez mais, os dados coletados pelo Cimi apontam que os indígenas, de todas as regiões do Brasil, estão submetidos a um cotidiano de perseguições, ameaças, espancamentos, assassinatos, suicídios, invasão e depredação de suas terras, confinamento em áreas diminutas ou em acampamentos de beira de estradas.

Em 2008, pelos dados ainda preliminares que dispomos, foram assassinadas 60 pessoas, 35 cometeram suicídio, houve invasão de terras e violências graves praticadas contra comunidades inteiras, em diferentes estados brasileiros: em Roraima, na Terra Raposa Serra do Sol, diversas agressões foram praticadas por arroteiros invasores da área; no sul da Bahia as ações violentas atingiram o povo Tupinambá e neste caso as agressões foram planejadas e executadas pela Polícia Federal; no Maranhão o povo Guajajara sofre com a violência sistemática dos madeireiros, ao longo dos anos, sem que o poder público tome providências. Registraram-se graves violências contra os povos indígenas relacionadas à questão fundiária também no Mato Grosso, onde lideranças, representantes de entidades indigenistas e ambientalistas foram ameaçados por fazendeiros e seus pistoleiros na terra indígena Enawene Nawe. Em Mato Grosso do Sul a Funai criou Grupos de Trabalho para proceder a identificação das terras do povo Kaiowá e, no entanto, não teve condições políticas para desenvolver as suas atividades, uma vez que o próprio presidente da Funai estabeleceu acordos com fazendeiros e autoridades estaduais no sentido de restringir os trabalhos deste GT, submetendo-o à ingerência daqueles que declaradamente se opõem a demarcação das terras.



Uma realidade que merece atenção é a dos povos indígenas em situação de isolamento e risco, que estão submetidos a um cotidiano de violências: suas terras vêm sendo sistematicamente devastadas pelas frentes de expansão econômica, de modo especial nos estados de Rondônia, Acre, Pará, Maranhão e Amazonas. Apesar das garantias constitucionais de que dispõem estes povos, que são mais de 60 em toda a Amazônia, as autoridades públicas responsáveis por sua proteção não têm atuado no sentido de assegurar-lhes a vida, de demarcar suas terras e de fiscalizar seus limites para que não ocorram invasões. Não é demais lembrar que as práticas de extermínio dos povos isolados, alguns anos atrás, em nome de um suposto desenvolvimento nacional, ocorreram com a participação e convivência do Estado brasileiro.

No que concerne à assistência em saúde, o ano de 2008 foi dramático, não bastassem as denúncias de corrupção e de mau uso dos recursos públicos por parte da Funasa, ocorreram ainda o alastramento de epidemias e endemias em muitas regiões do Brasil, de modo particular na Amazônia, nos estados de Rondônia, Amazonas, Maranhão, Acre, Mato Grosso. Em 2008, segundo os dados preliminares, os números de casos e vítimas de *mortes por desassistência à saúde* em todo o país, aumentaram em



relação ao ano de 2007, passando de 20 para 26 casos, e de 20 para 29 vítimas, respectivamente.

Ao tomar contato com estes dados, pessoas de diferentes áreas de atuação, tais como jornalistas, membros de entidades de direitos humanos, representantes de órgãos públicos, de organismos internacionais entre outros, indagam sempre sobre a razão para tanta violência praticada contra os povos indígenas, uma vez que eles são minoria dentro de um imenso país, tão grande quanto um continente, governado por um presidente que foi comprometido com as causas sociais e indígenas e num território onde existe abundância de terras, de água, de recursos naturais.

A resposta a esta pergunta pode ser encontrada na história de colonização deste país-continente. Desde a chegada dos primeiros invasores europeus, as terras brasileiras foram consideradas fonte inesgotável de exploração, e as riquezas nelas existentes foram e continuam sendo objeto de cobiça. Ao longo destes cinco séculos, os povos indígenas sofreram e ainda sofrem os impactos de modelos de desenvolvimento que primam pela acumulação de lucro em detrimento da vida humana e do equilíbrio ambiental. Se os povos indígenas não foram totalmente dizimados, isso se deve à resistência cotidiana e às alianças que foram

capazes de estabelecer, alterando inclusive os preceitos constitucionais e revertendo-os a seu favor. Eles se mantêm firmes na luta pelo direito à vida, à terra e a uma existência digna, apesar das atrocidades a que ainda são submetidos.

O processo de colonização ainda persiste. Hoje as terras indígenas, de modo especial na Amazônia e no Centro-Oeste do país, são cobiçadas para exploração por mineradoras e madeireiras, são desejadas para o agronegócio e para a pecuária; são alvos de projetos de empresas de energia elétrica que pretendem explorar as águas dos rios, e estes segmentos econômicos estão sendo amparados pelo governo federal que, através do Plano de Aceleração do Crescimento, legitima suas ações, mesmo que muitas delas se encontrem na ilegalidade.

Este aval do Estado aos setores econômicos e sua omissão e negligência na execução das políticas públicas e no cumprimento das determinações constitucionais acabam por legitimar e em muitas situações estimular as práticas de violências que os povos indígenas sofrem no seu cotidiano. E nesta atitude do governo em apoiar de maneira ampla e irrestrita os setores chamados de *desenvolvimentistas* reside o gatilho que detonou, nos últimos dois anos, o brutal aumento das violências contra os povos indígenas. ■

Povos Guarani Kaiowá e Tupinambá: presença nas estatísticas de violência 2008

Mais uma liderança indígena é assassinada

Valmireide Pareci recebia ameaças e foi morta a tiros enquanto pescava com sua família no córrego do Cágado, Wazuliatiá, dentro de seus territórios tradicionais

Maira Heinen
 Editora do Porantim

A convivência constante com ameaças não enfraqueceu a luta de Valmireide Zoromará, do povo Pareci pela resolução definitiva de demarcação da Terra Indígena Estação Parecis, no Mato Grosso. Mas no dia 9 de janeiro Valmireide foi assassinada com tiros pelas costas na altura do peito. Seu marido, Valdenir Amorim, também foi atingido com um tiro na cabeça e ainda está internado em estado grave, num Hospital em Tangará da Serra e de acordo com um dos filhos de Valmireide, Kleber Zoromará, Valdenir provavelmente ficará com seqüelas. O assassino, que confessou o crime, era gerente da fazenda de Sebastião de Assis, um dos fazendeiros que já havia entrado em confronto com os Pareci.

Na noite do crime, Valmireide estava acompanhada de 12 pessoas, entre elas, filhos e o esposo, que foi atingido no ataque. Kleber afirma que o assassino estava acompanhado de outro homem, se aproximou discretamente dos indígenas e começou a atirar. Segundo informações da delegacia da Polícia Civil de Diamantino, que investiga o caso, Ismael afirmou estar sozinho e que atirou em vultos, sem saber que eram os indígenas. Kleber, no entanto, afirma que quando desceram para o açude foram vistos pelo assassino.

A família de Valmireide espera que a Justiça resolva o caso e lamenta a falta



Fotos: Gilberto Vieira dos Santos

que ela fará para os 6 filhos e para todo o povo. “Ela era uma lutadora firme, por isso ao longo do tempo foi sofrendo algumas ameaças. Ela vai fazer muita falta para nossa luta”, afirmou a prima Maria Helena.

Líder visada

Indigenistas e outras lideranças do Mato Grosso também acreditam que a intenção do ato era matar Valmireide, principal liderança do grupo, conhecida por todos na região. Em outubro de 2008, durante os debates sobre o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Mato Grosso, Valmireide reagiu

indignada a um fazendeiro que afirmou não haver índios na região de Diamantino. Na reunião, a filha de Valmireide, Kelly Cristina Zoromará disse que sua mãe retirou-os da aldeia, levando-os para Nova Marilândia, por que eram ameaçados de morte, mas que iriam lutar pela terra até o fim.

“Eles queriam eliminar uma pessoa chave para enfraquecer a luta”, afirma a liderança Rony Azoinayce, outra liderança Pareci. Rony, que é de outra terra dos Pareci (localizada a 100 km de Diamantino), lembra que a tensão entre a família de Valmireide e os fazendeiros de Diamantino acirrou há cerca de 10

anos, época da primeira demarcação da terra Estação Pareci.

Histórico

Em 1996, a terra Estação Pareci, próxima dos municípios de Diamantino e Nova Marilândia, foi declarada, com 3.620 hectares de extensão, pelo Ministério da Justiça. Em fevereiro de 1999, a portaria de declaração da terra indígena foi anulada, porque não estaria de acordo com as regras do Decreto 1.775, que regula o processo de demarcação desde 1996. Em 2005, a Fundação Nacional do Índio (Funai) designou a antropóloga Siglia Doria para coordenar novos estudos sobre a terra. Em abril de 2007, foi criado um novo grupo, sob coordenação da mesma antropóloga, para estudos complementares. Estes estudos, segundo prazos da portaria, deveriam ter sido publicados até novembro de 2008.

Segundo a Funai, existe a possibilidade do tanque onde ocorreu o crime “estar dentro da área que está em estudo para a demarcação da Terra Indígena Estação Pareci, mas ainda não temos esta confirmação.” A Fundação afirma que o estudo está em fase de revisão e “ainda não se tem uma data para que seja publicado”. ■

O Povo Pareci

O povo pareci é constituído de três grandes grupos: Kozárini, Waimaré e Kaxíniti. Eles ocupam a região conhecida como Chapadão dos Pareci e são conhecidos desde o século XVII, quando chegaram os primeiros bandeirantes para capturar indígenas. A Terra Indígena Estação Parecis é onde se localizam os Pareci-Kaxíniti. Foi onde se estabeleceu o primeiro contato com Marechal Rondon, no início do século XX, e se fundou a primeira estação telegráfica, que se chamava Pareci, em homenagem ao povo habitante.

A população da terra indígena dos Pareci era de apenas 34 pessoas, sendo a maioria crianças. Havia apenas três homens da geração antiga cansados da luta por demarcação e, por isso, Valmireide Zoromará, sobrinha deles, se tornou liderança aglutinadora do grupo.

Valmireide Zoromará (acima): mais uma liderança indígena assassinada.

Abaixo: terra indígena Pareci e antiga Estação Telegráfica Pareci



No ano de 2008, Lula não homologou demarcações de terras indígenas

Cláudio Luiz Beirão
Assessor Jurídico do Cimi

Em 2008 o governo do presidente Lula bateu mais um recorde, em relação aos povos indígenas: não homologou sequer uma demarcação de terras tradicionais. Deste fato podem-se tirar algumas constatações em relação à política indigenista desse governo. A primeira delas é de que os setores anti-indígenas – dentro e fora do governo – lograram êxitos na estratégia de impedir a demarcação de terras indígenas.

O ato de homologação de uma demarcação constitui-se em ato administrativo onde a autoridade máxima do governo federal aprova por meio de decreto a demarcação de uma determinada terra indígena, anteriormente declarada pelo ministro da Justiça. Assim, o presidente só homologa uma demarcação (colocação dos marcos oficiais) depois de realizados os trabalhos de campo feitos pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Se observarmos o quadro de desempenho deste governo, em relação às terras indígenas, constatamos que em 2007, após a mudança de ministro da Justiça – saiu Thomaz Bastos e entrou Tarso Genro –, conseguiu-se avançar nos procedimentos de demarcações. Naquele ano, foram publicadas 20 portarias que declaram como terras indígenas áreas em estados que têm como governadores aliados do governo mas opositores dos interesses dos povos indígenas, tais como: Mato Grosso do Sul, André Puccineli; Mato Grosso, Blairo Maggi, e Santa Catarina, Luiz Henrique.

Apesar dessa resposta positiva do governo federal às mobilizações do “Abril Indígena”, a pressão política continuou e os parlamentares ruralistas, da própria base de sustentação do governo, iniciaram uma “onda” de apresentação de projetos de decretos legislativos (PDCs) na tentativa de sustar as portarias declaratórias.

Junto com essas movimentações políticas os invasores de terras indígenas

Quadro comparativo do desempenho governo Lula na demarcação das terras indígenas

	1º ano 2003	2º ano 2004	3º ano 2005	4º ano 2006	5º ano 2007	6º ano 2008
Decretos de Homologação	21	23	08	10	06	----
Portarias Declaratórias do ministro da Justiça	03	10	05	11	20	08
Despachos do presidente da Funai aprovando identificações	13	08	07	13	03	12

Fonte: Cimi - Assessoria Jurídica



Foto: Egon Heck



Foto: Egon Heck



Foto: Haroldo Heleno

ajuízaram diversas ações judiciais que resultaram em paralisação de diversas atividades da Funai para demarcação de terras indígenas, principalmente naqueles estados. Dessa forma, sem a demarcação não teria o que ser homologado.

Mas, tirando as áreas com decisões judiciais suspendendo os efeitos das portarias declaratórias, com certeza, o governo poderia ter homologado pelo menos 10 demarcações de terras situadas em estados como Acre e Amazonas que não têm oposições ostensivas dos governadores e dos parlamentares.

A situação mais gritante dessa omissão do governo Lula é o caso dos Tupinikim e Guarani que ocupam terras no Espírito Santo. Em 2007, o Ministério da Justiça promoveu um acordo entre a Funai, lideranças indígenas e a empresa Aracruz Celulose S.A a fim de que fossem demarcados cerca de 18 mil hectares de terras tradicionais ocupadas indevidamente pela empresa. No acordo, aquela empresa retiraria os eucaliptos plantados na área e ao mesmo tempo a Funai faria a demarcação. Isso de fato ocorreu, mas mesmo assim não houve a homologação da demar-

cação das terras indígenas Tupinikim e Comboios. O governo não cumpriu a sua parte no Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre as partes perante o Ministério Público Federal do Espírito Santo e a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Uma outra constatação da não homologação de terras por parte do governo Lula, é a de que as homologações ocorridas nos primeiros anos eram apenas resultado de atividades feitas pelos governos anteriores. Ou seja, o atual governo só aprovou o que já havia sido realizado pela administração pública federal, em termos de identificação, delimitação, declaração e demarcação, etapas principais e necessárias do procedimento administrativo de demarcação de uma terra indígena tradicional.

A boa notícia para os povos indígenas, trazida pelos Diários Oficiais da União (DOU) em 2008 é de que a Funai constituiu nesse ano mais de 60 grupos técnicos (GTs) para realizarem estudos de identificação e delimitação de terras indígenas em todo Brasil. Ou seja, apesar das pressões dos setores anti-indígenas, até mesmo dentro do próprio governo, o movimento indígena conseguiu vencer essa primeira batalha em seu pleito de que o Estado brasileiro não pode deixar de cumprir a sua obrigação constitucional de demarcar as terras indígenas tradicionalmente ocupadas.

As mobilizações devem continuar para que as outras instâncias governamentais que participam desse procedimento administrativo assumam o seu papel e não fiquem segurando a tramitação dos processos causando prejuízo aos povos indígenas. ■

Indígenas em protesto pela demarcação e homologação de suas terras

Conferências regionais têm início em São Gabriel da Cachoeira (AM)

A próxima conferência acontece de 10 a 13 de março, em Salvador, com os povos da Bahia, Alagoas e Sergipe

Clarissa Tavares
Repórter

Cerca de 350 professores, gestores escolares, lideranças indígenas e representantes governamentais e da sociedade civil se reuniram, de 15 a 18 de dezembro, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, para discutir a educação indígena na região. Esta foi a primeira etapa da Conferência Regional de Educação Escolar Indígena, fase preparatória para a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, prevista para acontecer em setembro de 2009.

O encontro em São Gabriel da Cachoeira foi o primeiro passo para a materialização da Conferência Nacional, que é uma reivindicação histórica do movimento indígena no Brasil. “É muito importante para as comunidades do rio Negro a realização dessa conferência aqui em São Gabriel. A gente vai poder avaliar a educação nos municípios e apontar caminhos que vão nortear as experiências no rio Negro”, destacou, durante o primeiro dia de encontro, a Baniwa Madalena Custódio, coordenadora do departamento de educação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Esta primeira etapa reuniu cerca de 200 delegados e 100 participantes, representando os 25 povos dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Santa Isabel, todos no rio Negro. Lá foram eleitos 38 delegados que participarão da Conferência Nacional.

No primeiro dia de discussões, professores e gestores indígenas acaloraram os debates com posicionamentos e questionamentos aos representantes governamentais presentes. Como conciliar a educação formal com a educação diferenciada? O que deve ser avaliado no processo de aprendizagem? Como avaliar os alunos indígenas? Em que momento o aluno indígena deve aprender o português? Como ter uma educação de qualidade com a escassez de materiais didáticos e de recursos? Muitas das perguntas ficaram sem respostas, mas sinalizaram que o encontro está no caminho certo. “Nós, os próprios indígenas, estamos começando a construir o tipo de educação

que queremos e o MEC [Ministério da Educação] está entendendo que tem que nos ouvir”, avaliou Madalena.

Desafios e perspectivas

Os desafios para a construção da educação escolar indígena de qualidade são muitos e diversos. Para o professor Roberto Carlos Fernandes Sanches, 21 anos, da comunidade indígena Dâw (pronuncia-se dôu), a maior dificuldade é a ausência de material didático na língua materna. Responsável por uma turma de 12 alunos de 5 e 6 anos da Escola Municipal Waruá, ele afirma que todas as crianças falam o dâw e para conseguir alfabetizá-las foi necessário que ele mesmo criasse cartilhas, apostilas e outros materiais na língua. “Um grande problema é que a gente não tem computador e nem uma pequena gráfica para reproduzir os materiais”, conta.

O acesso à comunidade Waruá, onde Roberto mora e trabalha, a três quilômetros de São Gabriel da Cachoeira, é feito somente de barco. Lá vivem 109 pessoas. Mesmo com dificuldades de deslocamento, Roberto cursa o magistério indígena no Pólo Hupda (uma parceria das secretarias municipal e estadual de educação para a formação de professores) e também o segundo segmento da educação de jovens e adultos.

A dificuldade de deslocamento e acesso às comunidades é uma constante, já que grande parte delas encontra-se isolada pelo rio Negro. Segundo o professor Karapanã e membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, Donato Miguel Vargas, é difícil trabalhar com a escassez de material e merenda escolar, que muitas vezes não chegam às escolas mais isoladas devido à distância e a falta de combustível.

Porém, Donato reconhece que o bom professor é aquele que consegue improvisar enquanto os recursos não chegam. “Às vezes demora mais de três meses pra chegar material, então tem que trabalhar com material alternativo. Por exemplo, se não tem pincel, a gente faz tinta com óleo e urucum e escreve no papel madeira. Se não tem papel, escreve na areia...”. Apesar, do improviso, Donato sabe que apenas boa vontade não é suficiente para garantir o aprendizado. “Temos que fiscalizar a execução dos recursos”, pontua.

Mais um desafio que se coloca para os indígenas é a adaptação dos alunos ao sistema escolar formal, pois, muitas vezes, eles precisam deslocar-se para outras localidades onde são oferecidas as séries mais avançadas e acabam despovoando suas comunidades de origem. Conta o professor Higino Pimentel Tenório, do povo Tuiuka, que mora na comunidade de São Pedro do Alto rio Tiquiá, a 300 Km da sede do município, que uma solução encontrada pela comunidade para tal dificuldade foi a criação de um esquema próprio, em que os alunos passam 20 dias na escola e outros 15 dias na comunidade. “Optamos por esse sistema para não repetirmos o erro do internato e mantermos as afinidades desses alunos com suas comunidades e o vínculo familiar”.

Línguas indígenas

São Gabriel da Cachoeira foi o primeiro município no Brasil a reconhecer três línguas indígenas como co-oficiais: tukuno, baniwa e ñhengatu, que são as línguas com maiores populações de falantes. Porém, no município que tem hoje cerca de 40 mil habitantes, sendo aproximadamente 90 % indígenas, muitas outras línguas são faladas no cotidiano das comunidades.

Fundada em 1668, São Gabriel da Cachoeira fica a 860 quilômetros de Manaus. Banhada pelo rio Negro, a cidade limita-se ao norte com a Colômbia e a Venezuela, numa região conhecida como a “cabeça do cachorro”, pela semelhança cartográfica. Boa parte do território fica no Parque Nacional do Pico da Neblina, considerado área de segurança nacional. ■

Fotos: Clarissa Tavares



Próximas etapas

Ao todo, serão realizadas 18 conferências nas regiões, cuja divisão obedece ao critério dos territórios etnoeducacionais – agrupamento das terras indígenas, respeitando a territorialidade dos povos e suas redes de relações interétnicas. Os encontros regionais acontecem até agosto de 2009 e, em setembro, a Conferência Nacional com cerca de 600 delegados. “Queremos garantir a participação de, pelo menos, um representante de cada povo indígena na etapa nacional”, afirmou Gersen Baniwa, coordenador da educação escolar indígena da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

A próxima conferência regional ocorre de 10 a 13 de março, em Salvador, com os povos da Bahia, Alagoas e Sergipe. Em março, acontecem ainda outras duas conferências: de 24 a 27 com os povos do Ceará, Paraíba e Pernambuco e em abril com os povos do Mato Grosso.

Indígenas participam da Conferência.

Abaixo, fala de Madalena Custódio, da FOIRN

Pré-fórum: indígenas a caminho de Belém

Os Guarani são recebidos em Palmas e pelo povo Apinajé no Tocantins

Maria Izaura C. Vieira e Istélia Folha
Regional Cimi GO/TO

Por ocasião do deslocamento para o FSM em Belém, o Cimi Regional Goiás Tocantins, recebeu em Palmas, capital do Tocantins, no dia 24/01/09, a comitiva dos povos indígenas Guarani (Mato Grosso do Sul e Paraguai), Kaiowá, Terena, missionários/as e aliados/as da causa indígena, que estavam a caminho de Belém. O objetivo desta parada em Palmas era proporcionar algumas horas de descanso aos viajantes que já completavam mais de 48 horas de viagem, tendo em vista que haviam iniciado esta viagem em Chapecó-SC.

Após a acolhida, a comitiva foi convidada a almoçar e descansar por algumas horas. No final da tarde as lideranças indígenas se reuniram e socializaram várias experiências de luta.

Havia um debate proposto com representantes do Movimento Social e Pastorais, mas devido mudança de chegada da caravana em Palmas e a proximidade com o início do Fórum, que envolveu estas pessoas, este evento foi substituído por um colóquio entre



Fotos: Istélia Folha

os indígenas, missionários/as do Cimi e aliados locais da causa indígena.

Por volta das 20 horas, após danças, agradecimentos e bênçãos indígenas, missionários/as e aliados/as se despediram de Palmas rumo a terra Apinajé.

No dia 25 de janeiro, pela manhã, eles foram recebidos pelos Apinajé, na aldeia Prata, no município de Tocantinópolis, região norte do Tocantins, também conhecida como Bico do Papagaio.

Este encontro entre os indígenas Guarani, Kaiowá, Terena, e Apinajé, foi marcado por momentos muito fortes de partilha de experiências, sofrimentos,

resistência e teimosia destes povos. Mesmo aqueles que têm sua terra demarcada, como é o caso dos Apinajé, se solidarizam e acreditam que a união dos vários povos do Brasil e seus aliados é o caminho para garantir a terra e os direitos dos povos indígenas.

No decorrer da visita, os Guarani contaram sua luta, sofrimento e resistência. Ao final eles pediram ajuda aos Apinajé para que se juntassem na luta do grande povo Guarani. “Aqui, vocês parentes vivem bem, estão na terra de vocês, onde tem o verde, a mata, a água, a vida. Vocês podem plantar,

colher, criar e educar seus filhos. Nós não temos nem um pedaço de terra onde enterrar nossos parentes, somos esquecidos pelo governo, pela Funai, somos discriminados pela sociedade, somos criminalizados pelas autoridades, estamos vivendo um completo genocídio de nosso povo”.

Podemos afirmar que a experiência deste intercâmbio para os povos indígenas marcou a vida deles, pois os visitantes levaram consigo a experiência de um povo acolhedor, resistente e que está unido à luta de todos os povos indígenas, como afirmou o cacique Romão Apinajé. “Parentes vamos nos unir, mesmo que tenhamos que morrer, perder parentes, mas vamos lutar para garantir a terra para nós e para nossa geração futura, vamos chamar nossos parentes do Brasil para nos unir e lutarmos todos juntos”. Por outro lado, os Apinajé guardarão consigo a história de luta e resistência Guarani e uma espiritualidade forte e guerreira.

No decorrer deste intercâmbio, os Guarani abençoaram os parentes e a terra Apinajé e recolheram para levar consigo, sementes do fruto nativo da região, o coco babaçu. Na despedida os Apinajé abençoaram toda a comitiva. Além dos indígenas estavam presentes os missionários do Cimi e outros aliados da causa indígena. ■

Indígenas Guarani, a caminho do FSM 2009, trocam experiências com o povo Apinajé, no Tocantins

De Manaus para o Fórum Social Mundial

Equipe Cimi norte I

Representantes de 18 povos e 29 organizações indígenas partiram do porto de Manaus em direção a Belém/PA para participar do Fórum Social Mundial (FSM) no dia 20 de janeiro, às 17 horas. A delegação indígena proveniente dos estados do Amazonas e Roraima foi composta por aproximadamente 150 lideranças dos povos da região, representados por organizações indígenas como a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e o Conselho Indígena de Roraima (CIR). Viajaram juntos com a delegação representantes de entidades aliadas do Brasil, Venezuela, Bolívia, México e Suíça entre as quais o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Secoya, Xi'nichi do México e a Universidade Indígena da Venezuela (UIV).

Para o Coordenador geral da Coiab, Jecinaldo Barbosa Sateré Maué, os



Fotos: Fernando Lopez

Povos Indígenas foram ao FSM 2009 para: “Exigir respeito a nossos territórios, bem-viver, livre determinação e Estados Plurinacionais. Propor uma mobilização global em defesa da mãe Terra, dos povos e da humanidade contra a mercantilização da vida, a

poluição e o consumo de tóxicos e a criminalização social”.

Com essa finalidade foi lançada, em conjunto com várias organizações da sociedade civil, a “Campanha Povos Indígenas na Amazônia: presente e futuro da humanidade”. Foram organizadas

diversas atividades pelas organizações indígenas e as lideranças participaram dos diferentes espaços de debate e articulação do Fórum Social Mundial juntamente com o movimento popular.

A delegação indígena viajou pelo mais tradicional e mais utilizado meio de transporte na Amazônia, o barco. Segue seu itinerário pelo maior rio do mundo, o rio Amazonas e sua chegada foi no dia 25 de janeiro. Os dias no barco foram utilizados para socializar as realidades enfrentadas pelos diversos povos indígenas representados, apropriar-se do conteúdo da campanha que foi lançada, compreender melhor o sentido e as possibilidades que o FSM oferece e para discutir as estratégias de participação.

Foram feitas manifestações públicas em defesa dos direitos indígenas e em defesa da Amazônia nas cidades de Parintins/AM e Santarém/PA, localizadas ao longo do rio Amazonas, no trajeto até Belém. ■

Representantes indígenas no barco, partindo de Manaus para Belém

INDÍGENAS NA CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

Proteger a mãe-terra e as águas para salvar o planeta

Mais de 1200 indígenas participaram do FSM em Belém, Pará, Amazônia, que teve como centro dos debates a sustentabilidade ambiental

Marcy Picanço
Repórter

Se todo brasileiro é índio, menos quem não quer – como diz o antropólogo Viveiros de Castro – entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro, em Belém (Pará), na porta de entrada da Amazônia, todo mundo quis ser indígena. Além dos brasileiros, todos os cerca de 90 mil participantes da nona edição do Fórum Social Mundial (FSM) estiveram muito orgulhosos em ser um pouco indígenas e estarem presentes na região que abriga imensa diversidade ambiental, de povos e de culturas. As peles de todas as cores e nacionalidades exibiam as pinturas Kayapó, Tembê, Guajajara e de outras dezenas de povos indígenas.

Mais de 1.200 indígenas, sendo pelo menos 1.100 brasileiros, de quase 120

povos, participaram do FSM 2009. Foi a maior participação indígena desde o primeiro Fórum em 2001. A grande presença era esperada, pois o FSM 2009 aconteceu na Amazônia. Além disso, a diminuição dos impactos das mudanças climáticas foi um dos temas centrais do evento. Nesse contexto, o modo sustentável dos indígenas lidarem com a natureza e, portanto, a necessidade de demarcar as terras destes povos foram questões tratadas em diversos espaços do evento.

Dentre os indígenas brasileiros, a proteção dos rios ameaçados por projetos de infra-estrutura foi um dos debates centrais. Os indígenas e ribeirinhos que vivem na região dos rios Xingu (Pará), Tocantins (Tocantins), Madeira (Rondônia) e São Francisco (Nordeste), se reuniram em diversos momentos com especialistas, juristas e outros apoiadores para discutir como enfrentar as ameaças, respectivamente: as



Foto: Lou Demattais/Spectral Q



Foto: Marcy Picanço

hidrelétricas Belo Monte, Estreito, Jirau/Santo Antônio e a transposição do rio São Francisco.

A proteção da Amazônia e de seus povos foi outro foco das atividades indígenas. Logo no dia 27, os indígenas e outros participantes do Fórum Social Mundial formaram uma enorme bandeira humana para pedir que o mundo defenda esta região e seus mais antigos habitantes.

No dia 28, diversas organizações indígenas e indigenistas lançaram a campanha Povos Indígenas na Amazônia: Presente e Futuro da Humanidade, que pretende sensibilizar a sociedade para a importância de se proteger os povos indígenas da Amazônia, acudados pela crescente agressão ao meio ambiente causada, principalmente, por madeireiros, garimpeiros, pecuaristas e pelo avanço da fronteira agrícola (soja, cana...).

Desde 2001, indígenas conquistaram visibilidade e espaço

Boaventura de Souza Santos e Blanca Chancoso avaliam as contribuições do processo FSM para os indígenas na América Latina.

Osociólogo português, Boaventura de Souza Santos, e a líder Quéchua do Equador, Blanca Chancoso (foto), acompanham o Fórum Social Mundial desde a primeira edição em 2001. Na opinião dos dois, ao longo das edições, os povos indígenas e suas questões conquistaram visibilidade no evento e melhoraram as articulações com os demais movimentos sociais. Eles também avaliam que o FSM contribuiu para as recentes conquistas dos povos indígenas na América, como a eleição de Evo Morales, as novas constituições na Bolívia e Equador e a realização

de Cúpulas dos Povos. Boaventura e Blanca divergem, no entanto, sobre a incidência política dos indígenas no Fórum. Para Blanca, já reconheceram que os indígenas existem, mas a perspectiva indígena ainda não está incluída nos debates centrais do FSM. Em entrevista para o **Porantim**, no dia do encerramento dos debates do FSM 2009, os dois avaliam o evento deste ano e o processo FSM para os povos indígenas.

Porantim: Como foi o FSM 2009 para os povos indígenas?

B.C. O Fórum foi avançando em diversos aspectos. Este ano, ele teve identidade. Agora, está mais visível a participação dos povos indígenas, mas falta estarmos numa melhor posição. A presença apenas não é suficiente. Os temas centrais, como aquecimento global, devem ser tratados de forma conjunta com outros setores para avançarmos nas ações e alianças. Precisamos continuar insistindo para

mostrar que não precisamos de um espaço só para dança e canto indígena, mas para discutirmos política, economia e todas as nossas questões.

B.S.S. Foi o melhor FSM para os povos indígenas. Sem dúvida. Nos primeiros, estiveram quase ausentes, depois estiveram isolados num gueto. Agora, estão no centro do FSM. Não só por que estamos na Amazônia, mas porque a questão indígena e ambiental é fundamental nesse Fórum e porque num momento de crise de civilização, quem traz as alternativas são os povos indígenas.

Porantim: O processo Fórum contribuiu para a articulação dos povos indígenas desde 2001?

B.C. Este é um espaço onde estreitamos as alianças e conhecemos outras mobilizações. A construção de alianças avançou, mas ainda somos nós que, na maioria das vezes, buscamos os outros



Foto: Marcy Picanço

movimentos sociais. Precisa que eles assumam mais algumas de nossas causas. Também precisamos sair do Fórum com ações que mostrem que as mudanças estão

Bandeira humana pede socorro pela floresta Amazônica e apresentação dos povos indígenas na abertura do FSM 2009



Terras, saúde e ameaças

Outras questões debatidas pelos indígenas durante o FSM foram a situação caótica do atendimento à saúde indígena, a deficiência de demarcação de terras e a criminalização das lutas indígenas e de suas lideranças. Dentro desses temas, teve destaque, respectivamente, a situação dos povos do Vale do Javari (AM), dos Guarani (Brasil, Argentina e Paraguai) e dos indígenas da Colômbia e do Chile.

Esses debates foram feitos entre os indígenas do Brasil e da América Latina, mas também articulados com outros movimentos sociais, com a perspectiva de apoio mútuo nas lutas. Além de serem vistos e reconhecidos, os povos indígenas pretendiam, no FSM, conseguir aliados para as ações pelo bem comum. “Aqui a gente pode juntar forças e os parentes de outras regiões que enfrentam problemas parecidos

Foto: Egon Heck



podem saber que não estão lutando sozinhos”, refletiu José Carlos, do povo Arara, da região do rio Xingu, Pará.

Os indígenas também expuseram suas demandas para os Ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, que participaram de debates na tenda indígena. A presença dos ministros nesse espaço mostra que o peso político dos indígenas no FSM 2009 foi, de fato, muito superior aos dos outros anos. Se a perspectiva indígena ainda não está incorporada

nos debates centrais do FSM e na maneira como os movimentos sociais se articulam, os povos originários, com certeza, já são considerados atores fundamentais para as ações necessárias para a construção de um mundo melhor. Ou – como disse Miguel Pallacin, da Coordenação Andina das Organizações Indígenas – para difundir modos tradicionais de se relacionar com a natureza, com o tempo, com os outros humanos e, assim, ajudar a espalhar o “bem-viver”. ■

Saúde: A luta do Vale do Javari contra a hepatite

Seu Cezar Marubo, 62 anos, fez questão de passar quase 15 dias viajando de barco entre Atalaia do Norte, (oeste do Amazonas) e Belém para participar do FSM. Não vive mais na aldeia por desgosto. Há 4 anos, viu seu único filho e sua filha caçula morrerem em suas mãos, vítimas de hepatite. O atendimento chegou tarde e com descuido. “Não é nada. Índio vem para cá procurar comida” – foi o que ouviu de uma profissional de saúde um dia antes da morte de sua filha. Ainda precisou ficar mais dias na cidade para se curar da hepatite antes de voltar à aldeia para sepultar os filhos. Depois, deixou a grande maloca, onde vivia com todos os parentes e tinha boa plantação de banana, mandioca e outros alimentos. Em Atalaia, vive com a filha que restou. Ele veio denunciar a situação que os Marubo e os outros 4 povos (além de grupos sem contatos) que vivem no Vale enfrentam. A dor de seu Cezar está dentro do índice de 80% de indígenas contaminados com Hepatite B no Vale do Javari.

Mapa Guarani registra devastação ambiental na maior região de ocupação indígena da América do Sul

Entre os indígenas brasileiros, além dos povos da Amazônia, o grupo que teve a maior participação no FSM 2009 foram os Guarani. Em diversos espaços eles denunciaram a falta de terra e as várias violências sofridas pelo povo. Como ferramenta para ajudar a mudar essa situação, os Guarani, junto com diversos indigenistas, lançaram no FSM o mapa e o caderno Guarani Retã.

Organizado por pesquisadores de universidades e organizações indigenistas do Brasil, Argentina e Paraguai, ele apresenta a localização de 500 aldeias, a população Guarani nestes países e as ameaças que os povos enfrentam. O caderno traz informações sobre população, localização, a cultura e o modo de ser Guarani. O estudo também trata das agressões sofridas pelas comunidades, destacando a falta de terra e a intensa devastação ambiental, causada pelo monocultivo (soja, cana de açúcar, pinus...) e a exploração pecuária na região. Como consequência dessa situação, os povos Guarani vivem em condições precárias e de extrema dependência. No Brasil, onde vivem cerca de 45 mil Guarani, as comunidades enfrentam altos índices de assassinatos, suicídios e desnutrição.

“Nosso povo sofre quieto, mas vamos levantar nossa voz para que o mundo saiba da nossa situação”, afirma a professora Léia Guarani Kaiowá. O mapa pode contribuir para a elaboração de políticas públicas adequadas, principalmente, a política de demarcação de terras. ■

Indígenas participam de encontros, debates e oficinas do FSM 2009

político nos Fóruns

caminhando. Para este ano, convocamos uma marcha de luta pela terra para o dia 12 de outubro.

B.S.S. Com certeza. Estive nos primeiros Fóruns e vi grupos de indígenas, pequenas organizações aqui da Amazônia que viviam a 60 km de distância e nunca tinham se falado. Hoje se articulam. Foi o Fórum que facilitou essa rede. Também houve avanços na organização política dentro do FSM. Quem organizou os debates que participei por três dias na tenda indígena foi uma organização indígena - a Coordenação Andina.

Porantim: *O processo Fórum contribuiu para as conquistas dos povos indígenas nos últimos anos na América Latina?*

B.C. Creio que sim. Os debates do Fórum nos ajudam a identificar temas mundiais, regionais e de cada setor. À medida que os grupos vão se conhecendo e inter-

cambiando, as ações conjuntas aumentam. Algumas articulações levaram a vitórias no nível da democracia formal, como a eleição de presidentes como Chavez e Evo. Também vemos que a articulação de povos se mantém firme na Colômbia, contra toda a violência; no Equador e outros países, contra os Tratados de Livre Comércio; e outros. E no Fórum sempre se divulga a realidade dos povos indígenas.

B.S.S. Sem dúvida. Os presidentes eleitos recentemente na Bolívia e Equador, por exemplo, não podem ser imaginados sem o ativismo dos indígenas desde as últimas décadas nesses países. E o FSM favorece essa articulação. Acredito que o movimento dos indígenas é um dos protagonistas nesse momento no continente, ao lado da Via Campesina e dos movimentos feministas. No entanto, o movimento que mais se consolidou nos últimos tempos foi o indígena. ■

Anfitriões e convidados de honra no FSM

27 de janeiro - No início da tarde, à beira da baía do Guajará, os povos africanos fizeram um ritual para transmitir, simbolicamente, a sede do FSM, que em 2008 foi Nairóbi, Quênia.

Ao tocarem os tambores para Oxum, protetora das águas doces, a tradicional chuva da tarde de Belém caiu para marcar o início da marcha inaugural do FSM. Após caminharem animados, por baixo da forte chuva, cerca de 90 mil pessoas assistiram a uma apresentação de danças tradicionais de mais de 20 povos indígenas da América Latina.

Enquanto a multidão se espalhou pelas ruas da cidade, os indígenas foram os anfitriões e convidados de honra do evento. Um tratamento merecido, mas ao qual os povos não estão acostumados, nem mesmo na

Amazônia.

Foto: Marcy Picanço



Indígenas fazem atos e debates em defesa dos rios brasileiros

Povos que podem ser impactados por grandes projetos de infraestrutura querem respeito ao direito à consulta prévia

Ireô Kayapó manifesta seu descontentamento com a construção da Usina de Belo Monte

A defesa dos rios e o direito de decidir sobre empreendimentos que impactam as terras indígenas foram algumas das principais questões discutidas pelos povos indígenas durante o Fórum Social Mundial (FSM), que aconteceu em Belém, Pará, entre 27 de janeiro e 1º de fevereiro. Os indígenas brasileiros organizaram diversas ações para articular a defesa de rios que correm perigo.

No dia 28 de janeiro, indígenas e ribeirinhos que vivem perto de rios ameaçados se reuniram às margens do rio Guamá, à beira da Universidade Federal do Pará (UFPA), para falar sobre as ameaças aos rios São Francisco (transposição), Madeira (Hidrelétrica de Jirau), Xingu (hidrelétrica de Belo Monte), Tocantins (hidrelétrica de Estreito), entre outros.

Seu Toinho Pescador, alagoano, lembrou dos tempos em que ele conseguia sustentar a família pescando nas correntes do 'Velho Chico'. Caso a transposição das águas desse rio seja concluída, seu Toinho e os ribeirinhos da região não conseguirão mais tirar o sustento do rio.

As mulheres do povo Xerente, que já sofreram os impactos da barragem do Lajeado, no Tocantins, contaram sua história, como advertência sobre o

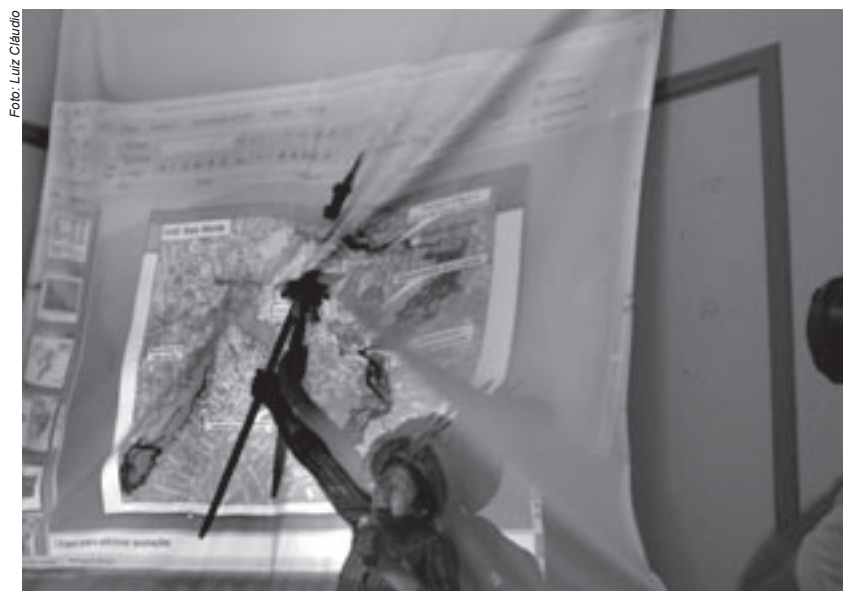
Alaide Xingu – Repórter
Luiz Cláudio Brito – Cimi Norte II

que pode ocorrer aos outros povos do estado, com a construção das barragens previstas para o rio Tocantins. Dona Isabel, anciã do povo, fala que hoje quase não pode mais viver da roça, pois o regime das águas (seca e cheia do rio) não se adequa mais às necessidades do plantio. “É melhor acabarem com todos nós de uma vez, jogando uma bomba, do que devagarinho”, desabafa Isabel e completa: “Prometem um monte de coisa para a gente: que vai ser bom, vai ter trabalho, que vamos receber... Mas a barragem só serve pra quem tem negócio grande”.

José Carlos Arara, do rio Xingu, ressaltou que “há várias maneiras de alcançar desenvolvimento sem destruir o meio-ambiente, deixando os parentes sem ter de onde tirar a água e o alimento para dar continuidade à sua própria sobrevivência”. Após a reunião, os indígenas, ribeirinhos e demais participantes fizeram um ritual no rio Guamá para pedir a força aos espíritos das águas.

Belo Monte: não à morte do Xingu

No dia 29, outro debate enfatizou os problemas que a hidrelétrica de Belo Monte pode causar na região do rio Xingu. A tensão em torno deste projeto foi um dos assuntos de grande visibilidade no FSM. Diversos grupos da região do



Xingu (Altamira) estiveram no Fórum para mostrar às sociedades paraense, nacional e internacional que não querem a obra.

Dom Erwin Krautler, bispo do Xingu e presidente do Cimi, ressaltou que a maioria da população da região do Xingu é contra o empreendimento e que a consulta sobre a obra está sendo feita apenas com os comerciantes e empresários de Altamira. Ele lembrou que a obra pode desestruturar a dinâmica das comunidades da transamazônica, provocando êxodo rural, diminuição da produção agrária e desemprego – depois da obra concluída.

O Procurador da República, Felício Pontes, lembrou que há uma estreita relação entre o projeto da hidrelétrica e o assassinato da Ir. Dorothy Stang, em fevereiro de 2005. Segundo Pontes, o anúncio da obra aumentou a migração para as cidades de Altamira e Anapu. Muitas pessoas, sem condições de se fixar nas cidades, tentavam ocupar os lotes de assentamentos públicos, apoiados por Ir. Dorothy. Essa situação incomodou os fazendeiros/grileiros de terras públicas que, segundo o Ministério Público Federal-PA, estão envolvidos com o assassinato da missionária.

Felício explicou que a batalha judicial está cada vez mais difícil. Os estudos de impacto ambiental estão sendo feitos pelas empresas interessadas na construção da hidrelétrica. Atualmente, tramita na Justiça uma ação do MPF questionando o convênio para esses estudos e outra que pede suspensão da lei que autorizou a criação da hidrelétrica, pois os indígenas afetados não foram ouvidos. “Só a mobilização e a divulgação dessa mensagem podem impedir que um desastre ocorra no mais bonito rio da Amazônia”, ressaltou o procurador.

Belo Monte – só no papel

No dia 30, outra atividade sobre a hidrelétrica chamou atenção dos movimentos sociais do Xingu no Pará: um painel sobre a importância de Belo Monte para o desenvolvimento nacional, promovido pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

Na entrada da atividade, ativistas da região de Altamira protestaram junto com os indígenas Arara do Maia e Parakanã, que dançaram, cantaram e mostraram sua disposição pra enfrentar a ameaça que paira sobre suas terras.

A FNU, repetindo os termos das empreiteiras, da Eletronorte e da Eletronorte, reafirmou que Belo Monte traria energia limpa, barata, e renovável. No entanto, em nenhum momento respondeu às inúmeras questões de ordem técnica, ambiental e social, apresentadas pelos movimentos e seus apoiadores em diversas outras ocasiões.

Na platéia, indígenas defenderam o direito a suas terras e a serem consultados sobre tudo que venha a afetá-los. Lembraram que o Brasil deve cumprir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante a consulta prévia.

Estavam na platéia Ireô Kayapó e Mrypati Kayapó. Na hora de sua fala, Ireô Kayapó pediu que fosse projetado novamente o mapa que mostra onde a hidrelétrica pode ser construída e afirmou: “Belo Monte pode estar no papel [apontando para a cartilha que a FNU distribuiu], mas aqui não”. E, com sua borduna perfurou o telão em que era exibida a imagem. ■

Terra, Território e Identidade na Amazônia Oriental

José Mendes de Andrade e Luiz Cláudio
Cimi Norte II

No dia 31 de janeiro, mais de 30 indígenas da Amazônia Oriental (Leste do Pará, Tocantins e Maranhão) discutiram os impactos de grandes projetos em suas terras. Os Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e a falta de controle sobre o desmatamento em terras indígenas foram os principais assuntos debatidos.

Antonio Apinayé (TO) falou que o arco do desmatamento na Amazônia Legal (sul de Rondônia, norte do Mato Grosso, sul do Pará, norte do Tocantins e sul do Maranhão) se tornou um dos grandes fatores responsáveis pelo avanço dos grandes projetos na região. Também lembrou que os indígenas não são ouvidos em relação aos projetos do PAC e que instituições



Foto: Luiz Cláudio

públicas, como o Banco da Amazônia (BASA), financiam o desmatamento na região quando liberam recursos para os grandes projetos agropecuários e de monocultura (soja, eucalipto).

Valdemar Ka'apor (MA) destacou que em sua área há constantes ameaças de madeireiros, que convencem indígenas a vender madeira, sem contar dos prejuízos que isso pode trazer para a aldeia. “A educação nas aldeias têm pouco apoio, por isso muitos não sabem ler e escrever e não tem acesso aos conhecimentos dos ‘brancos’ para defender seus interesses”, comentou.

O debate mostrou que os povos indígenas não estão vencidos, mas sim tentam se articular e buscar aliados para questionar o modelo de desenvolvimento do país. ■

Indígenas discutem no Fórum os impactos dos grandes projetos

Frente de Resistência e Luta Pataxó discute desafios enfrentados pelos povos indígenas do extremo sul da Bahia

Maira Heinen
 Editora do Porantim

A luta pela demarcação dos territórios indígenas será a questão central para o povo Pataxó neste ano de 2009. A idéia ficou clara na 7ª Assembléia da Frente de Resistência e Luta Pataxó, realizada entre os dias 19 e 21 de dezembro de 2008. Participaram cerca de 60 pessoas, entre lideranças indígenas das aldeias Tibá, Cassiana, Corumbauzinho, Alegria Nova, Boca da Mata, Aldeia Nova, Ribeirão, Pequi, Taua e Pequi Velho. Também estiveram presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da região.

No documento final da Assembléia, os povos ressaltam suas preocupações em relação aos julgamentos de ações que envolvem terras indígenas como Raposa Serra do Sol e Caramuru-Catarina-Paraguaçu, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. Há grande indignação em relação às ressalvas propostas por alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, desconsiderando os direitos indígenas já garantidos na Constituição de 1988. Também foram lembrados os ataques feitos pela bancada ruralista, com projetos de leis que tentam retirar os direitos dos povos indígenas.

As principais reivindicações pontuadas foram: apuração do Ministério Público Federal sobre violência e criminalização de suas lideranças e a resolu-



Povo Pataxó, durante encontro onde definiram as prioridades de luta para 2009

ção de questões como a do cacique Joel do Braz, do povo Pataxó, do cacique Babau, do povo Tupinambá e demais lideranças; a imediata regularização e desintração do território único do povo Pataxó; melhoria no atendimento da saúde, educação escolar e transporte de cada comunidade; imediata paralisação do plantio de eucaliptos e projetos que

incidem e afetam o território Pataxó. Segundo Adson Rodrigues, do Cimi Leste, equipe Extremo Sul, o acompanhamento dos processos de demarcação de territórios do povo Pataxó será marcado por viagens a Brasília, audiências com o Ministério Público Federal, cursos de formação e mobilizações de luta pela terra.

A frente de resistência

A Frente de Resistência e Luta Pataxó surgiu em 2002, quando indígenas Pataxó Hã-Hã-Hãe decidiram criar uma representação política, mais ampla e participativa, que agregasse diversas pessoas das comunidades, como jovens, crianças e mulheres, e não apenas os caciques. ■

A refundação da Bolívia

Evo Morales tem razão ao proclamar a refundação da Bolívia, após a expressiva vitória do Sim à nova Constituição, no referendo de domingo, que teve 60% dos votos, contra os 40% dados ao Não defendido pela direita fascista e racista. A nova Constituição vai mudar a feição do país. Com ela, disse o presidente, "as pessoas excluídas e marginalizadas terão os mesmos direitos de todos os outros". Ela reconhece a integridade da cidadania dos indígenas (seis em cada dez habitantes, formando a maioria da população), dá mais poderes ao governo para regular a economia, estabelece o limite de 5 mil hectares (50km²) para qualquer propriedade territorial, e abre a possibilidade de Evo Morales disputar um novo mandato eleitoral.

Tudo indica que a implementação da Constituição encontrará forte oposição por parte da direita boliviana, a mesma que, em 2008, quase levou o país à guerra civil. Eles alegam que o Sim teve menos votos do que os 67% obtidos por Morales no referendo que poderia revogar seu mandato, no ano passado, resultado que

a direita compreendeu como um "declínio" no apoio ao presidente. Outro argumento se apegava ao resultado territorial do referendo. O Sim foi amplamente vitorioso em La Paz, Oruro, Potosí e Cochabamba; houve empate em Chuquisaca; e o Não venceu em Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando.

O sinal de uma forte oposição à Constituição foi lançado já na noite de domingo, quando a governadora de Chuquisaca, Savina Cuéllar, convocou à desobediência civil bramando por "Desacato, desacato, desacato!" O governador opositorista de Tarija, Mario Cossío, alegou que "não será possível aplicar a Constituição", e quer "um novo processo constituinte"; enquanto o ex-candidato presidencial da direita, Samuel Doria Medina, alegou que, com a vitória do Não nos estados governados pela oposição, Morales tem em mãos "uma Constituição de minoria".

São argumentos mistificadores. Primeiro porque a população somada dos estados governados pela direita soma 3,4 milhões de moradores, contra os 5,6 milhões dos estados cujos governadores apóiam

o governo central, e que formam a maioria do país. Chuquisaca, onde o Sim teve 51% contra 49% do Não (havendo, assim, um empate) tem 611.700 habitantes. Isto é, o Sim venceu nos estados mais populosos, onde estão 58% dos bolivianos, contra 35% que moram nos estados governados pela oposição, e meros 0,6% no estado onde houve empate.

O argumento mais forte em defesa da legitimidade do resultado é o do vice-presidente Alvaro García, para quem o referendo foi "uma eleição nacional, o resultado é nacional, e a maioria manda", concluindo: "acatemos o que diz a lei". O enfrentamento boliviano opõe interesses poderosos, enraizados no passado colonial e na exploração "inquestionada" do trabalho da parte mais pobres da população, majoritariamente indígena. "Agora refundamos a Bolívia", proclamou Morales. "Aqui termina o Estado colonial, acabou o colonialismo interno e externo. Graças à consciência do povo boliviano, acabou o latifúndio e os latifundiários". Apontando, assim, interesses que são o alvo da nova Constituição. (Fonte: Portal Vermelho) ■



Indígenas querem mais autonomia aos DSEIs

Grupo de Trabalho foi criado para que as mudanças na saúde indígena sejam feitas de forma rápida, pois os problemas são muitos

Maira Heinen
 Editora do Porantim

Durante a realização do Fórum Social Mundial 2009, em Belém, o ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmou que a responsabilidade sobre a saúde indígena passará do controle da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para outra área do Ministério da Saúde. Segundo ele, a transferência deve ser feita até junho deste ano. O ministro esteve reunido com representantes indígenas na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), em Belém.

Essa transição é esperada por muitos, devido ao caos em que a saúde indígena se encontra. Também, durante o Fórum Social Mundial, povos indígenas de Roraima fizeram um manifesto sobre a saúde indígena, onde ressaltam a falta de investimentos adequados na estrutura e o agravamento da situação nos últimos anos. “A transição para este novo modelo de gestão da saúde indígena deve acontecer com a maior

urgência possível, com envolvimento efetivo dos representantes legítimos dos povos indígenas e seus verdadeiros aliados...”, ressalta o manifesto.

Grupo de trabalho

“O que esperamos é que durante o período de transição da Funasa para a Secretaria Especial de Saúde Indígena, a preocupação com saúde não tire férias”. A fala, de Waldenir Andrade França, da etnia Baré, membro do Conselho Nacional de Saúde, mostra a preocupação em resolver os problemas que a saúde indígena vem enfrentando há tempos. Waldenir faz parte do Grupo de Trabalho que foi criado durante o Seminário “Desafios da saúde indígena: gestão e controle social”, em novembro de 2008. Para ele, o GT é de grande importância, pois deve realizar estudos e discussões com os próprios representantes de cada povo para que a saúde indígena



seja renovada. “Nossa principal meta é que os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) fiquem fortalecidos e tenham autonomia”, afirma.

Outra reivindicação, segundo Waldenir, é garantir que os funcionários da nova Secretaria Especial de Saúde Indígena não sejam os mesmos da Funasa. “Não estou dizendo que não tenha boas pessoas trabalhando lá, mas existem algumas que não queremos que continuem o trabalho na nova secretaria”, ressalta. De acordo com o indígena, a renovação na saúde passa pela renovação do quadro de pessoas que trabalham com ela. E finaliza: “esta mudança precisa ser feita logo, pois a Funasa aproveita este período de transição e já não renova contratos, não nos atende de forma satisfatória, como

Ministro Tarso Genro se encontra com indígenas que apresentam suas reivindicações em relação à saúde. Abaixo, povos do Vale do Javari em audiência pública sobre saúde.

Morte de Criança Guarani

A terra indígena Tekohá Araguaçu está de luto. No dia 19 de janeiro, em função do quadro grave de desnutrição, faleceu uma criança de dois anos de idade, Jacson Lopes. Quinze dias antes, o estado de saúde de Jacson havia piorado e, embora o cacique da aldeia, Assunção Benites, tivesse solicitado a intervenção da Funasa, ninguém da entidade governamental apareceu.

Em visita a aldeia, um médico que tem consultório em Guarapuava, consultou Jacson e diagnosticou anemia e desnutrição. Receitou vários medicamentos, a maioria dos quais os pais de Jacson não puderam adquirir por falta de recursos. A família do menino e o cacique relataram que, ao saber da visita do médico à aldeia, a Funasa teria desaprovado a atuação do mesmo, pois ele não

tinha autorização da entidade para atender os índios.

Jacson foi levado pelo carro da secretaria Municipal de Saúde da cidade de Terra Roxa, município à qual pertence a terra Tekoha Araguaçu. O menino ficou internado três dias e, em seguida, recebeu alta do médico de plantão. Segundo os pais de Jackson a criança voltou para a aldeia mais debilitada do que estava quando foi internada no hospital.

Após permanecer um dia e manifestar um quadro clínico grave, o menino foi levado para o hospital de Guaira e lá ficou internado três dias. Novamente levada para a aldeia, a criança resistiu quatro dias, sempre apresentando sintomas claros de desidratação (estava com disenteria), anemia e respondendo cada vez menos aos estímulos. Alertada da situação, a Funasa, mais uma vez, alegou a falta da regularização administrativa da

terra para o não atendimento às famílias daquela aldeia.

Interpelada pelos Guarani, a pessoa que responde pela Organização Reimer, conveniada da Funasa, no Paraná, liberou a compra de alimentos para a família de Jacson. Segundo os Guarani, fazia um ano que a Reimer havia prometido a eles a compra de alimentos. Infelizmente, a permissão chegou tarde demais, pois a criança veio a falecer logo em seguida.

Na audiência pública realizada no dia 26 de setembro de 2008, organizada pelo Ministério Público Federal (6ª Câmara), frente a um plenário repleto de Procuradores Federais, autoridade federais e estaduais da Funasa e Funai, o cacique Assunção denunciou, com voz trêmula, a existência de crianças desnutridas na aldeia: “vamos esperar que elas venham a falecer, então alguém irá fazer alguma coisa!”. Ao lamentar o não atendimento

da Funasa – pelos motivos acima mencionados – o cacique Assunção cobrou das autoridades presentes atitudes concretas para reverter o quadro dramático em que se encontram os Guarani de sua aldeia.

Em resposta à Ação Civil Pública impetrada pelo Procurador da República Robson Martins, da Procuradoria da República de Umuarama, o Juiz Federal Luiz Carlos Canalli, da 1ª. Vara Federal daquela cidade determinou, liminarmente, em outubro de 2008, que a Funasa qualificasse o atendimento aos Guarani da Aldeia Tekoha Araguaçu. Entre outras providências, deu prazo de 10 dias para que fosse instalada água potável na aldeia. Apesar disso, até a morte de Jacson, os Guarani continuavam utilizando a água poluída do rio Paraná para beber e cozinhar.

A luta pela terra se entrelaça a luta dos povos indígenas

O Movimento completa 25 anos na busca por reforma agrária, defendendo um programa de desenvolvimento que priorize distribuição de renda no país e os direitos das minorias.

Maira Heinen
Editora do Porantim

Luta pela terra. Algo que acontece no Brasil há mais de quinhentos anos através de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e tantos outros habitantes desse país, tem num movimento sua maior representação. Em 25 anos de luta, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se transformou em maior referência na busca por justiça no campo e reforma agrária.

E, se a principal luta é em defesa da terra, de impedir que o latifúndio tome conta do país, a história dos sem terra se entrelaça muitas vezes com a história do movimento e das lutas indígenas. Egídio Brunetto, um dos coordenadores do MST e da Via Campesina Internacional, reafirma a importância da relação existente entre os povos indígenas e o MST. “Na história do surgimento do MST os indígenas já estão presentes, quando um grupo de camponeses foi expulso por indígenas da reserva Nonoai, em 1979, no Rio Grande do Sul, fronteira com Santa Catarina. Contraditoriamente, este ato permitiu que os camponeses expulsos montassem acampamento e se organizassem para lutar por suas terras”, diz.

De acordo com Brunetto, os camponeses têm muito que aprender com os povos indígenas, principalmente por ser uma das lutas mais antigas de defesa de território do nosso país e uma das mais violentas. “A luta dos indígenas é ainda mais sangrenta, pois a própria sociedade, a imprensa e os grandes empresários e fazendeiros têm uma discriminação maior, tratam com inferioridade. Então esses povos, além da luta por territórios, têm que lutar para manter sua cultura, seu modo de vida, suas línguas, suas crenças”, ressalta o coordenador.

Para Egídio, houve uma época em que a relação entre camponeses e povos indígenas era mais tensa, mas hoje já é diferente. “À medida que os componentes do MST vão se politizando, se conscientizando, a relação se modifica, pois se reconhece que a ação conjunta é necessária, pois se acaba brigando por uma coisa só, que é a reforma agrária, e o fim do latifúndio”, ressalta. Egídio afirma ainda que esse trabalho de conscientização é contínuo, pois cada novo membro do

movimento deve aprender como se dá essa relação de respeito e reconhecimento dos povos dessa terra.

Como um dos coordenadores da Via Campesina Internacional, ele enfatiza a importância dos povos indígenas de toda a América Latina na construção da própria Via Campesina e da diversidade cultural no continente. “Os povos da Bolívia, do Equador, do Peru, Chile, Guatemala, têm uma grande história de luta e resistência que é muito importante para os movimentos em geral”, diz. “Nós aprendemos com os povos indígenas do Brasil e de toda a América Latina, que a reforma agrária é mais que a terra: é respeito à mãe terra, à mãe água, à natureza. É diversidade e interculturalidade”, completa. Para Egídio, o grande legado dos povos indígenas para o MST é a nova filosofia do que seja a terra. “Terra é mais que terra. Hoje temos outra cosmovisão”.

Luta conjunta

Se o MST, como afirma um dos coordenadores do Movimento, tem muito a agradecer aos povos indígenas, que os ensinaram outra visão do que é a terra, os indígenas, por outro lado, contaram com o apoio dos camponeses em muitas lutas. Uma em

especial é marcante, pois uma grande empresa multinacional havia tomado, há mais de 40 anos, uma terra que era dos índios, no Espírito Santo.

Toninho Guarani, cacique da Aldeia Boa Esperança e membro da Comissão de Caciques do Povo Guarani e Tupiniquim mostra que o apoio do MST foi de grande importância na retomada de suas terras. “O MST sempre apoiou a luta dos povos Guarani e Tupiniquim. Eles abraçaram a nossa causa, lutaram com a gente contra a Aracruz, uma empresa que domina até os políticos do estado do Espírito Santo”, afirma. Segundo Toninho, com a luta conjunta, os povos Guarani e Tupiniquim conseguiram que mais de 18 mil hectares fossem devolvidos aos indígenas, antes usados para o plantio de eucaliptos. “O que percebo é que lutar junto foi e é importante para nós, é importante unir forças. Quando a polícia federal atuou para tentar retirar e violentar seu povo, o MST lutou junto, com coragem, o tempo todo”. Segundo Toninho, a estratégia, o planejamento e a organização foram lições importantes que o MST deixou para o seu povo.

No Mato Grosso do Sul, com o povo Guarani Kaiowá, o MST também presta grande solidariedade. Anastácio Peralta, que está na articulação com o Movimento, ressalta a importância do apoio. “O MST tem ajudado muito o povo Guarani Kaiowá, na luta importante contra o latifúndio e em defesa dos nossos direitos; esse apoio se dá muitas vezes através de assinaturas em abaixo-assinados, documentos que o povo escreve e o MST assina”, diz. Para Peralta, acaba sendo um movimento exemplar. “O MST é bastante organizado e eles acabam nos ajudando com isso”, completa. ■



Foto: Egon Heck



Foto: Arquivo Cimi

se a saúde pudesse esperar”. O GT foi dividido em subgrupos e Waldenir faz parte da organização de eventos.

Ao analisar o descaso em relação à saúde dos povos, o seminário propôs que o GT fosse formado por indígenas de cada região, um membro da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), um membro do Fórum e três profissionais da área de saúde indígena.

A proposta para o grupo é que sejam elaborados diagnósticos dos DSEIs; definidos teto orçamentário financeiro consolidando os recursos da Funasa e da Secretaria; revogadas as portarias ministeriais que remetem a saúde indígena aos municípios; retirada a referência aos povos indígenas no PL 3958; dada continuidade dos convênios em vigor assinados com a Funasa; transferidos para a secretaria especial o patrimônio adquirido com os recursos da saúde indígena que se encontrava na Funasa; garantido que a articulação dos DSEIs com municípios e estado seja feita a partir de um DSEI fortalecido. As propostas do grupo de trabalho devem ser apresentadas durante o acampamento Terra Livre, no dia 19 de abril, em Brasília.

Auditoria no TCU

Uma auditoria do TCU, apresentada no dia 5 de dezembro em Brasília para um conjunto de indígenas, especialistas e órgãos públicos, mostrou a falta de transparência e regulamentação na gestão dos recursos e atendimento bastante precário na área de saúde indígena. O resultado apresentado foi enviado para a Funasa e para o Ministério da Saúde, que podem fazer suas alegações, mas até o fechamento do jornal, estes órgãos não haviam apresentados suas considerações sobre os dados. ■

Povos indígenas recebem apoio do MST na luta contra as ações da Aracruz Celulose

Foto: Luiz Cláudio Brito



Fala de indígena durante o Fórum de Teologia e Libertação

Povos indígenas presentes no Fórum Mundial de Teologia e Libertação

Eva Canoé
de Rondônia

Nós, povos indígenas brasileiros presentes no III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, representando os diversos povos indígenas do Brasil, assumimos o compromisso de partilhar com os povos não índios presentes no grande café teológico a nossa mensagem e as ações concretas sobre como estamos fazendo para cuidar da natureza amazônica, riqueza tão importante para continuidade da vida de toda humanidade.

Diante de nossos testemunhos falamos para o mundo que devemos ser menos

pensantes e mais atuantes. Não basta apenas falar de preservação, se continuamos a destruir as florestas, os rios e a nossa mãe terra, devemos sim encontrar outros meios de construir o progresso, porém sem destruir o que ainda nos resta.

A natureza com toda sua riqueza não precisa de nós humanos, pelo contrário somos nós seres humanos que precisamos dela porque não vivemos sem água, sem o ar que respiramos, muito menos sem terra.

Com nossas contribuições, através de nossas experiências, esperamos que o mundo presente na cidade de Belém, ao retornar para seus países de origem, possa pôr em

prática tudo que pedimos e vivenciamos juntos.

Acreditamos que se cada indivíduo praticar parte do que almejamos em termos de preservação e respeito, a natureza e tudo que nela existe já estaremos construindo um outro mundo possível, onde nossos filhos, netos e bisnetos poderão viver dignamente com água potável, terra fértil e o meio ambiente com sua flora e fauna preservadas e respeitadas.

Só assim todos poderão ser felizes, mas para que isso se torne realidade é fundamental que todos nós assumamos realmente o compromisso de amantes da natureza defendendo-a da destruição. ■

Reportagem do Porantim ganha prêmio em concurso latino-americano de jornalismo

Marcy Picanço
Jornalista

A reportagem “A Roda Viva da Cana”, do jornalista Cristiano Navarro, publicada na edição de março de 2008 do jornal Porantim, editado pelo Cimi, recebeu o primeiro prêmio no concurso “Desenvolvimento econômico, luta contra a pobreza e exclusão social nas comunidades rurais pobres e indígenas da América Latina e Caribe”. O concurso foi promovido pela IPS-Inter Press Service e pelo Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola (FIDA).

O júri internacional era formado por Joaquín Costanzo, Diretor Regional da IPS para América Latina, Antonella Cordone, Coordenadora de Questões Indígenas e Tribais do Fondo Internacional para el Desarrollo Agrícola, e Ernesto Lamas, Coordenador Regional para América Latina da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC). Foram inscritas no concurso reportagens de 12 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, Honduras, México, Peru, Uruguai, Venezuela).

Por meio da história de José dos Santos, um jovem Guarani Kaiowá de 15 anos, “A Roda Viva da Cana” denuncia a exploração ilegal de menores indígenas, que contra a vontade e autoridade de seus pais, se empregam em plantações de cana de açúcar no Mato Grosso do Sul.

O júri elogiou a reportagem de Cristiano Navarro por conduzir o leitor até o núcleo dos desafios que os indígenas enfrentam, mas também por ilustrar as complexas contradições que afetam suas comunidades. “O texto mostra os desafios que enfrentam a maioria das comunidades indígenas, e em particular a Guarani Kaiowá, sendo escravos de suas próprias terras, sofrendo maus tratos no trabalho infantil, discriminação e inequidade no manejo e distribuição de recursos e perda de identidade. A mensagem transmite efetivamente ao leitor a difícil situação em que estão vivendo”

O segundo prêmio do concurso foi concedido a Elizabeth Pérez, da Colômbia, por seu trabalho “Los Remedios de la persistencia”, publicado na revista Cien Días do Centro de Investigación y Educación Popular (CINEP). A reportagem de Elizabeth trata da antiga luta de comunidades indígenas por recuperar suas terras ancestrais. O júri destacou este artigo por ser um testemunho valioso, categórico e crível.

O primeiro e o segundo premiados receberam, respectivamente, US\$ 1.500 e US\$ 1.000 como premiação. Este foi o terceiro prêmio jornalístico organizado pela IPS com apoio da FIDA, depois da edição de 2005 sobre microfinanças e de 2006 sobre desertificação. ■

Assine o PORANTIM

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

Caminhos da Conquista

A formação do Espaço Brasileiro

Leda Bosi
Sedoc

O livro tem como foco os aproximadamente 300 anos do período colonial, desde a passagem dos primeiros navegadores e exploradores pelo nosso território, para delimitar uma visão cronológica sobre os diferentes ritmos e formas de conquista e ocupação das regiões. Foram utilizados textos e desenhos, como recurso de linguagem, para revelar essa construção. Os desenhos mostram novos ângulos de visão para antigos mapas e as representações estimulam a reflexão e a crítica de posturas estabelecidas pela historiografia tradicional. Vale, portanto, ressaltar o impacto informativo desses desenhos na complementação dos textos. E, diferentemente de outras publicações sobre o assunto, este é realmente um **livro de palavras e imagens**.

Explicando o termo Conquista no título do livro, os autores descartam o termo “descobrimto”, por de certa forma acharem-no ingênuo, visto que a conquista e a ocupação do território brasileiro só foram possíveis porque antes da chegada do homem branco já existiam caminhos, trilhas e o conhe-

cimento que os primeiros habitantes do Brasil tinham de seu território. Por outro lado, denominar um processo tão amplo apenas como “genocídio” os autores consideram uma simplificação, embora se saiba desde as denúncias de Bartolomeu de Las Casas que houve, sim, genocídio das populações autóctones. Ao adotar a noção de Conquista, a justificativa para essa escolha decorre do fato de que para se entender a formação do espaço brasileiro em toda a sua riqueza, aventura e vicissitudes, com uma expansão marítima, militar e comercial sem precedentes na história da humanidade, esse processo só pôde ser realizado por meio da atividade sistemática de conquista guerreira, política, ideológica e econômica.

A partir dessas considerações acompanhamos a história dessa conquista desde as disputas ibéricas e europeias sobre o interesse na descoberta de um novo caminho para as Índias, com a viagem de Cristóvam Colombo, até meados do século XVIII, quando, para dividir o poder sobre o território brasileiro entre Espanha e Portugal, o Tratado de Madri estabeleceu que “cada parte há de ficar com o que atualmente possui”. Dentro desses 300 anos da história colonial, lemos a história do período escrita de



Concepção e desenhos Vallandro Keating
Pesquisa e textos Ricardo Maranhão
São Paulo : Editora Terceiro Nome, 2008
236p.

uma forma leve, embora rigorosa, com referência aos fatos que descreve. Destacamos, no rico conjunto de informações, a descrição, acompanhada de ilustrações, do **Peabiru**, caminho indígena que a partir do alto dos Andes, passava pelo Paraguai, e no Brasil alcançou cidades do litoral de São Paulo, terras do Paraná e de Santa Catarina.

As fotos e desenhos do livro enriquecem o trabalho e, junto com o texto, têm um impacto informativo surpreendente. ■

Vallandro Keating é formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Entre seus principais trabalhos estão os murais feitos a convite de Oscar Niemeyer para o Memorial da América Latina, em São Paulo, e para o TSJ, em Brasília.

Ricardo Maranhão é mestre em Ciências Sociais e doutor em História pela USP. Professor visitante ou palestrante em universidades do Canadá, França, Holanda, Alemanha e México. Autor e/ou organizador de 18 livros de História e de mais de 50 artigos em publicações especializadas nacionais e internacionais.

Homenagem

O povo Xerente está de luto

Maria Izaura Costa Vieira
Regional Cimi GO/TO

No dia 31 de janeiro de 2009, o povo Xerente e os missionários do Cimi foram surpreendidos pela notícia da morte do cacique Isaac Siminãkru Xerente. O Sr. Isaac sempre foi uma grande liderança para seu povo e, à medida que os anos foram passando, ele ia se firmando como aquele líder destemido e corajoso, enfrentando de peito aberto, como costumava dizer, as ameaças contra seu povo e seu território.

Ele fazia questão de dizer que, mesmo sendo servidor do SPI e depois da Funai, seu primeiro compromisso era a defesa de seus parentes e da terra indígena. Em mais de três décadas de convivência do Sr. Isaac com o Cimi, sua postura sempre foi de

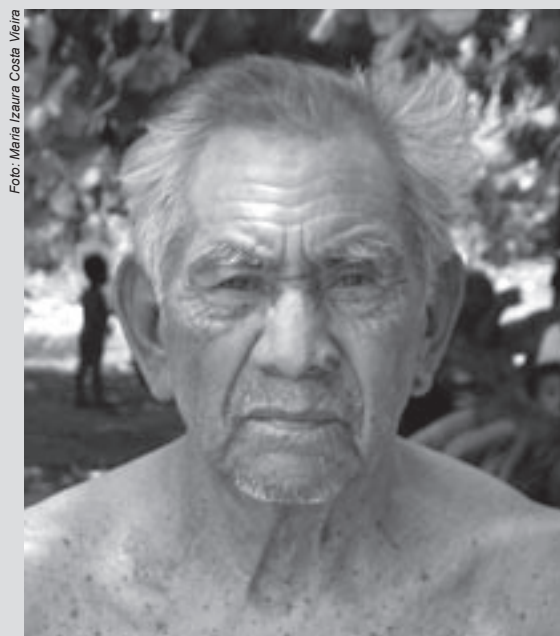


Foto: Maria Izaura Costa Vieira

muito companheirismo, ajuda, determinação e respeito mútuo.

Desde muito jovem ele lutou ao lado de seu povo pela demarcação e desintrusão da terra. No começo da década de 90 inicia-se o enfrentamento

dos Xerente contra o governo do recém criado estado do Tocantins, pelo não asfaltamento de uma estrada que corta a área indígena (TO 010) e pela não construção de uma ponte sobre o rio Sono. Também neste processo de luta estava o Sr. Isaac como um dos principais articuladores desta grande vitória que os Xerente conseguiram na Justiça, ou seja, o embargo destas obras que continuam paralisadas até os dias atuais.

Depois vieram as denúncias contra o Prodecer III, a UHE Lajeado, a não implementação das políticas públicas e tantos outros enfrentamentos e, em todos eles, o Sr. Isaac sempre foi um dos mais aguerridos guerreiros. Era ele que sempre conclamava os outros caciques para a luta, fosse indo de aldeia em aldeia, fosse durante as muitas reuniões, viagens e audiências. Sua fala era respeitada por índios e não índios, autoridades, políticos, jovens e crianças.

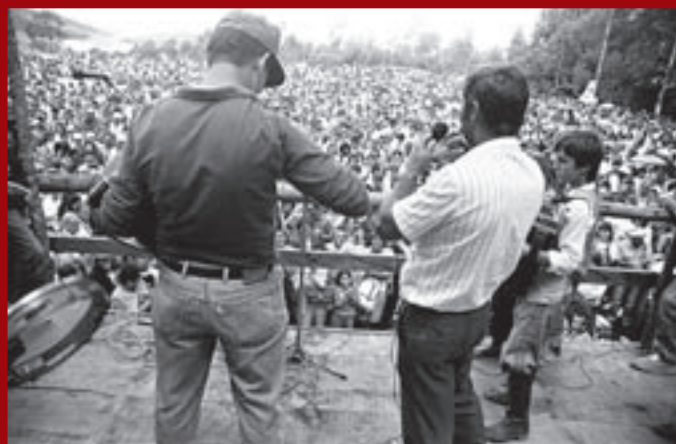
À família do Sr. Isaac e ao povo Xerente, nossa solidariedade e a certeza de que ele “combateu o bom combate” e descansou como o guerreiro que sempre foi, deixando uma história muito bonita de luta, coragem e compromisso. ■

Cacique Isaac Xerente sempre lutou pela demarcação de suas terras

Filho do barro e da esperança: Adão

Pai
da palavra, da trova, do canto,
apoiado na gaita e na invenção.

Regressas ao barro,
na estação das chuvas,
como quem fecunda...
Levas no corpo que baixa sobre o pampa
– e se enterra com a lágrima
de teus irmãos e amores e filhos e sonhos –
a surda condição da semente.



Fotos: Douglas Mansur, Novo Movimento

Em que madrugada
o corpo de Adão Preto
se apartou do barro
e se fez vagido, grito, palavra, canto?

Em que marcha as foices
levantaram a vontade da manhã,
acenderam a luz azul dos seus olhos
e desataram o rio da palavra
que brotou de sua garganta?

Havia uma cruz e uma encruzilhada.
Havia frio. E medo.
E a morte dos anjos.
Havia panos brancos sobre os braços da cruz
como bandeiras de paz.
Para que não se extravie a memória dos anjos.

Havia medo.
E a palavra como centelha
acendendo no acampamento
uma canção de coragem.
Ouidos que ouvem e olhos que brilham
contra a tarde de cinzas.

Há uma gaita que geme e desafia.
Sempre haverá
enquanto houver ouvidos
que acolham e desafiem a ordem,
o medo, a submissão.

Não houve tempo para colher a semente.
Mas houve tempo suficiente para erguer os olhos
e deixá-los contemplar a bandeira vermelha
– sinal de terra livre –
no portal dos assentamentos.

Há uma gaita que geme e desafia
a ordem, o medo, a submissão.
A gaita de Adão Preto
desafia o silêncio.

Brasília, 05 de fevereiro de 2009.

Pedro Tierra

Militante do Partido dos Trabalhadores e das lutas pela Reforma Agrária.

Homenagem do Cimi ao deputado federal e amigo Adão Preto (PT-RS),
que faleceu do dia 05 de fevereiro de 2009.

APOIADORES

caritas



PORANTIM